

CLIPPING IMPRESSO

19/11/2019



INDICE

1. ANIVERSÁRIO DO TJMA	
1.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	1 - 2
2. AÇÕES TJMA	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	3
3. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	4
4. CONVÊNIOS	
4.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	5 - 6
5. DECISÕES	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7 - 12
6. ELEIÇÕES TJ	
6.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	13
7. INSTITUCIONAL	
7.1. JORNAL PEQUENO.....	14 - 18
8. PUBLICIDADE LEGAL	
8.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	19

Parceria entre
Governo e
SPU garante
regularização
fundiária nas
áreas da União

PÁGINA 7

Parceria garante regularização fundiária nas áreas da União

Ampliar as ações do Programa de Regularização Fundiária é um dos principais desafios da gestão do governador Flávio Dino. Deste modo, para a efetivação desta política pública em amplitude, o secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid), Rubens Pereira Junior, reuniu na quinta-feira (14) com o superintendente de Patrimônio da União, José Ribamar Monteiro, para discutir possíveis parcerias para garantir ações de regularização nas áreas de domínio da União.

Para Rubens Pereira Jr. esta parceria vai estabelecer cooperação mútua entre as esferas municipal, estadual e federal para a regularização de áreas para fins habitacionais e propiciar aos cidadãos que nelas vivem de forma irregular o direito à titulação legal de seu imóvel.

O secretário destacou ainda que esta ação em conjunto será de extrema importância para dar celeridade e desburocratizar os processos de regularização



Secretário Rubens Jr, com superintendente do SPU, José Monteiro e assessores

fundiária, principalmente nas áreas que integram o projeto Pac Rio Anil. “ O projeto Pac Rio Anil, além de assegurar ações nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura, vai proporcionar também a milhares de famílias que residem há anos nos bairros da Vila Palmeira, Santa Cruz, Alemanha, Monte Castelo, Fé em Deus, Li-

berdade e Camba o título de propriedade de sua moradia”, afirma o gestor.

“Será um trabalho integrado com o propósito de garantir direito à moradia digna e acesso às políticas públicas a milhares de famílias que vivem durante anos nas áreas de domínio da União”, declarou o superintendente da SPU, José Monteiro.

“A Secid já atua em parceria com outras instituições como cartórios, Tribunal de Justiça, e agora com o SPU. Com isso, o Estado amplia as ações do programa de Regularização Fundiária e estende as áreas de domínio da União”, ressalta coordenador do Departamento de Regularização Fundiária da Secid, Gabriel Costa.



Centro Judiciário

O desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, inaugura hoje o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Pedreiras, nas dependências da Faculdade de Educação São Francisco.

A iniciativa, viabilizada por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado pelo TJMA e pela faculdade, facilitará o acesso do cidadão à Justiça, incentivando a solução de conflitos de forma ágil, simples e sem burocracia, o que fortalece a cultura da paz e do diálogo.

ESTADO MAIOR

Ninguém entendeu

O Ministério Público do Maranhão disparou ontem um release à imprensa informando de uma ação contra o prefeito de Caxias, Fábio Gentil (PRB), por improbidade.

Segundo a nota, o procedimento foi motivado por irregularidades na celebração de convênio entre a Prefeitura de Caxias e a Faculdade Vale do Itapecuru (FAI) de Caxias.

Ocorre que, de acordo com a Prefeitura, essa ação já foi julgada, e rejeitada, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

ESTADO MAIOR

E MAIS

- Em prisão domiciliar desde o ano passado, a ex-prefeita de Anapurus Tina Montelles foi flagrada fazendo compras em Chapadinha, descumprindo ordem judicial.



Obra do telhado da rodoviária de São Luís não foi iniciada

A reforma da rodoviária, conforme acordo firmado durante audiência de conciliação no fórum do Calhau, deveria ter começado ontem, 18, o que pode acarretar em multa; a área do desembarque interdita em abril pela Defesa Civil

Fotos/Paulo Soares

ISMAEL ARAÚJO
Da equipe de O Estado

A obra de reforma do telhado do Terminal Rodoviário de São Luís, no bairro Santo Antônio, ainda ontem não havia começado e pode resultar em multa aplicada pelo Poder Judiciário. A área do desembarque foi interdita em abril deste ano a pedido da Defesa Civil e, no último dia 4, ocorreu uma audiência de conciliação no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Nessa sessão, ficou firmado um acordo entre as empresas RMC Comércio e Serviço Ltda e a Sinart para que a partir do dia 18 deste mês começaria a reforma do teto da rodoviária.

Na manhã de ontem, nenhum operário estava no local como também não havia placa informando sobre a obra. A área estava isolada com tapumes de madeira e havia aviso grafado de vermelho de interdição feita pela Defesa Civil. Também era possível constatar uma parte do telhado apoiada por andaimes, vigas de ferro corroídas pela erosão e a fiação elétrica estava exposta.

Um homem, que não quis se identificar, disse que foi até o local a procura de emprego já que a obra deveria ser iniciada nesta semana. “A reforma estava prevista para começar nesta segunda-feira, então, vim com a esperança de conseguir uma vaga de pedreiro. Geralmente quando uma obra começa sempre pinta uma vaga”, declarou o operário.



O Estado esteve ontem na sede da RMC Comércio e Serviço Ltda, localizada na rodoviária, e foi informada que o diretor da empresa, identificado como Ricardo Medeiros, que poderia falar sobre a reforma, não estava no local. Ele tinha ido participar de uma reunião em um órgão no Centro da cidade.

Já o juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas Martins, que mediou a audiência de conciliação, disse que em caso de descumprimento do acordo será aplicada uma multa, mas não divulgou o valor. “O Poder Judiciário precisa ser informado desse descumprimento formal-

mente. Geralmente é feito pelo Ministério Público. Em seguida, as partes são ouvidas e imposta uma multa de um determinado valor”, explicou o magistrado.

Audiência

Participaram da audiência de conciliação, ocorrida no último dia 4, o presidente da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), Lawrence Melo; representantes da Secretaria de Infraestrutura do Maranhão (Sinfra), do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, além de advogados da RMC Comércio e Serviços e da Sinart.

Ficou firmado na presença do juiz Douglas Martins que as obras da reforma deveriam começar a partir do dia 18 deste mês. Ficou estabelecido que a MOB deveria assinar contrato com a concessionária que obtiver decisão favorável da Justiça.

Por sua vez, a concessionária poderá contratar empresa especializada para realizar as obras da rodoviária e a interdição do local vai seguir até a conclusão total dos reparos. Também ficou acordado na audiência que caso uma nova decisão judicial mude a empresa vencedora do processo licitatório, a concessionária que iniciou as obras

emergenciais deverá ser ressarcida pelas despesas já efetuadas pela outra empresa que assumir a gestão do Terminal Rodoviário.

Prejuízo

Os proprietários de boxes localizados nas proximidades da área interdita disseram que estão tendo prejuízos diários desde o mês de abril deste ano. Uma delas é Lúcia Sousa. Ela disse que trabalha na rodoviária há 12 anos e precisa pagar uma taxa mensal no valor de R\$ 250 para a administração da rodoviária, mas, no momento, não consegue obter lucro diário acima de R\$ 100.

Já Aldimere Moraes disse que

antes da interdição da rodoviária chegava a obter um lucro diário acima de R\$ 400, mas, atualmente, não chega a R\$ 150. “A clientela caiu demais e muitos comerciantes estão fechando os seus pontos”, comentou.

Vários estabelecimentos comerciais foram fechados neste ano, como também o posto de Juizado de Menores, órgão da 2ª Vara da Infância e Juventude. A área onde estava funcionando o juizado foi interdita pela Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros por conta de risco de desabamento após vistoria, ocorrida no dia 25 de março deste ano.

Rodoviária

O Terminal Rodoviário de São Luís, no Santo Antônio, foi inaugurado

em fevereiro de 1988 durante o governo de Eptácio Cafeteira. Antes, a antiga rodoviária funcionava no bairro da Alemanha. As empresas de transporte intermunicipais e interestaduais possuem guichê no terminal. Aproximadamente, 20 empresas na rodoviária atuam para diferentes destinos e mais de 100 mil pessoas circulam por mês no local.

Nas dependências da rodoviária funcionam serviços de papelaria, táxi 24h, praça de alimentação, perfumaria, banca de revista, salão de beleza, posto policial, farmácias, lojas, estacionamento rotativo e caixas eletrônicos. No momento, a RMC Comércio e Serviço Ltda, é responsável pela administração do terminal. ●

SAIBA MAIS

Cronograma de obras

Em julho deste ano ocorreu uma reunião com os representantes da Defensoria Pública do Estado e do Governo do Maranhão em que foi apresentado um cronograma de obras da

reforma da rodoviária, mas, até o momento, não foi concretizado. O início do serviço ficou previsto entre 20 a 30 dias e tendo a estimativa para conclusão de cinco meses.

FALA, POVO

O que você acha das condições da estrutura da rodoviária?

Fotos/Paulo Soares



“É um descaso grande, pois a obra da reforma do teto deveria ser realizada no começo do ano e até agora nem previsão para iniciar”
Maria Pereira, de 72 anos - aposentada



“A rodoviária precisa de uma reforma total e não somente do telhado”
Raimundo Barbosa Filho, de 34 anos - autônomo



“É muito mal para a imagem da nossa cidade. O turista chega a São Luís e encontra a rodoviária nessas condições, com tapumes e uma área interdita”
Raimunda Coelho, de 50 anos - doméstica

ESTADO MAIOR

Eleição

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já se preparam para mais uma eleição para a presidência da corte.

Segundo apurou a coluna, devem ser candidatos a desembargadora Nelma Sarney e o desembargador Lourival Serejo.

As primeiras sondagens apontam para uma disputa acirrada. A escolha do sucessor do desembargador José Joaquim ocorre em dezembro.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 79/2019

Processo nº 38486/2019

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada em fornecimento sob demanda de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha); **Abertura:** 04/12/2019, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fones:** (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 18 de novembro de 2019.

André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.

NEDILSON MACHADO



▶ Já o procurador-geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia Rocha, foi agraciado com a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo, concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça também na programação dos 206 anos do TJ. Na foto, Rodrigo Maia com o procurador-adjunto para Assuntos Estratégicos da PGE/MA, Bruno Tomé Fonseca

NEDILSON MACHADO



▶ O des. Froz Sobrinho foi um dos agraciados com a "Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima", do Tribunal de Justiça (MA), na última quinta-feira, 14, no Palácio Clóvis Bevilácqua. A solenidade foi comandada pelo presidente do TJ, des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos (na foto com Froz). A homenagem fez parte da programação dos 206 anos de instalação da Corte Maranhense.

NOVEMBRO AZUL

Palestra sobre o câncer de próstata chama atenção para a prevenção

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Divisão Médica, promove nesta terça-feira (19), às 9h, no auditório do Centro Administrativo do Poder Judiciário (Rua do Egito, Centro), palestra com abordagem sobre a prevenção ao câncer de próstata. O bate-papo será conduzido pela urologista do Hospital São Domingos, a médica Amanda

Jordão. O câncer de próstata, tipo mais comum entre os homens, é a causa de morte de 28,6% da população masculina que desenvolve neoplasias malignas. No país, um homem morre a cada 38 minutos devido ao câncer de próstata, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional do Câncer (Inca). O Novembro Azul teve origem

em 2003, na Austrália, com o objetivo de chamar a atenção para a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças que atingem a população masculina. No Brasil, o Novembro Azul foi criado pelo Instituto Lado a Lado pela Vida, com o intuito de promover uma mudança de paradigmas em relação à ida do homem ao serviço de saúde.

DPE VERIFICA QUANTOS PRESOS PODERÃO SER SOLTOS NO MARANHÃO COM DECISÃO DO SUPREMO SOBRE SEGUNDA INSTÂNCIA

Desde o dia 11 deste mês, todas as defensorias públicas do Brasil fazem levantamentos de quantos presos assistidos por elas poderão ser soltos com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que colocará em liberdade aqueles que estão na cadeia por causa de uma decisão de um tribunal de segunda instância. A informação foi repassada ao Jornal Pequeno, pelo corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, José Augusto Gabina de Oliveira.

PÁG. 1 (C2)

FRANCISCO SILVA



A DPE-MA realiza levantamento para saber quantos presos no sistema prisional maranhense serão beneficiados pela decisão do STF

Segunda instância

DPE verifica quantos presos poderão ser soltos no Maranhão com a decisão do Supremo Tribunal Federal

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a deliberação do STF colocará em liberdade 4.895 detentos em todo o Brasil

“O povo está revoltado, decepcionado e se sentindo humilhado com a decisão sobre a segunda instância”, opinou o advogado Xavier

LUCIENE VIEIRA

Desde o dia 11 deste mês, todas as defensorias públicas do Brasil fazem levantamentos de quantos presos assistidos por elas poderão ser soltos com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que colocará em liberdade aqueles que estão na cadeia por causa de uma decisão de um tribunal de segunda instância. Esta informação foi repassada ao Jornal Pequeno, pelo corregedor-geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), o defensor público José Augusto Gabina de Oliveira. “Estamos fazendo este relatório de forma compartilhada entre as defensorias de todo o país”, frisou o corregedor-geral. Atualmente, o Brasil tem cerca de 845 mil pessoas presas. A maior parcela (354 mil) é de presos de forma preventiva, que ainda não tiveram uma sentença da Justiça. Outros 192 mil têm uma condenação apenas pela primeira instância. Os que estão presos em cumprimento de uma pena já com recursos esgotados somam 294 mil.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou em outubro à imprensa nacional, a decisão do STF colocará em liberdade 4.895 presos em todo o Brasil. José Augusto Gabina de Oliveira disse que já expediu um ofício aos defensores públicos de Execução Penal da capital maranhense e do interior do Maranhão para que eles façam o levantamento estadual, com base no levantamento feito pelo CNJ.

“Já estamos fazendo a verificação local. Ela começou a ser feita no dia 11 e deve ser concluída nos próximos 15 dias”, informou o corregedor-geral da DPE-MA. Com o levantamento feito, José Gabina disse que entrará com requerimentos no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), com o intuito de promover a defesa dos assistidos de forma a garantir a aplicação integral do novo entendimento da Corte Superior, ou seja, a revogação da prisão.



A DPE-MA realiza levantamento para saber quantos presos no sistema prisional maranhense serão beneficiados pela decisão do STF

Advogado Francisco Xavier analisa a prisão em segunda instância

O advogado, jornalista e escritor Francisco Xavier de Sousa Filho esteve nesta semana na redação do Jornal Pequeno, quando falou sobre o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a respeito da prisão após condenação em segunda instância.

“Eu tenho o entendimento de que os ministros que votaram contra o trânsito em julgado tiveram uma interpretação mais fidedigna com a própria norma constitucional”, opinou Xavier ao mencionar que está escrito no artigo 5 da Constituição de 88 que o trânsito julgado somente se dará para definir a presunção de inocência. “A bandagem processual é carregada em toda Justiça, inclusive com mais fidedignidade na Justiça Penal, devido às ilicitudes que afasta a inocência dos autores de ações criminosas”, declarou.

Os ministros que votaram contra a prisão logo depois da segunda instância são Dias Toffoli, Celso de Melo, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, e Marco Aurélio. Os a favor: Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, e Cármen Lúcia. “Digamos que a votação do STF tivesse tido o ‘placar’

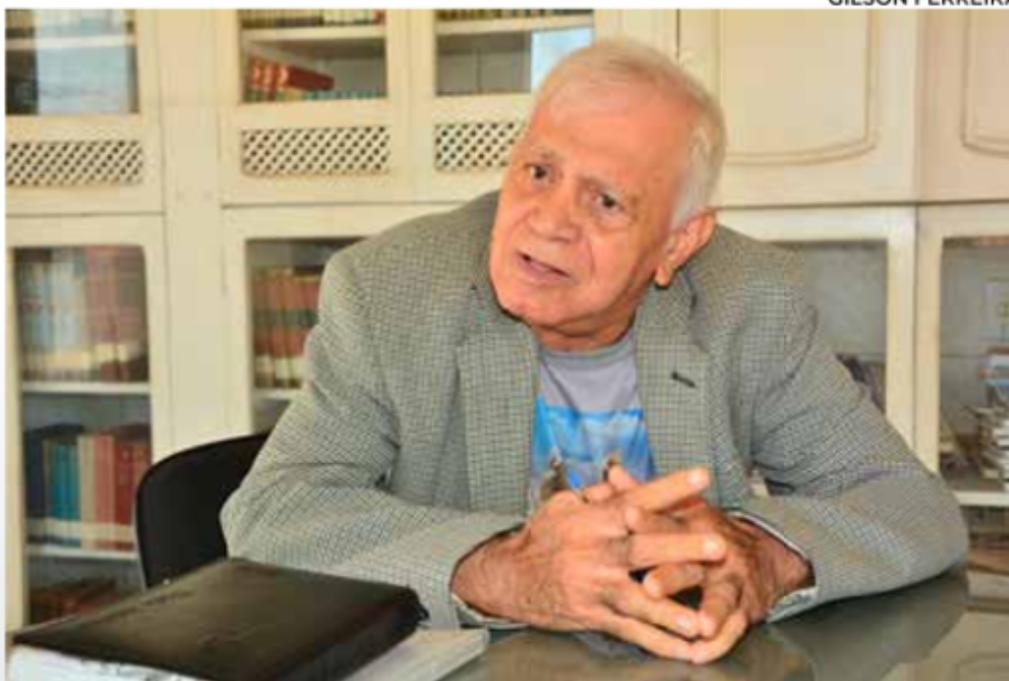
contrário, praticamente estaria mais concernente com a realidade para punir o condenado, pois este deve ser punido de acordo com as provas que estão nos autos, e não com provas arranjadas para que seja dado um prolongamento de uma decisão final na Justiça”, disse o advogado Francisco Xavier, ao frisar que o “povo” está revoltado e decepcionado, e se sentindo humilhado com a decisão do STF. Devido à decisão do STF, oito réus na Operação Lava-Jato foram soltos, nesta semana. Estão respondendo as acusações em liberdade o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ex-ministro José Dirceu; Sérgio Cunha Mendes, ex-vice-presidente da Mendes Júnior; Alberto Vilaça, ex-diretor da empreiteira; Gerson Almada, ex-executivo da Engevix; Roberto Gonçalves, ex-gerente da Petrobras, o operador Fernando Moura e o empresário Enivaldo Quadrado.

Na opinião do advogado Francisco Xavier, a decisão suprema teria como foco beneficiar Lula e outros políticos. “Os ministros que votaram contra a prisão logo depois do julgamento em segunda instância, assim fizeram como pagamento de

favores que os levaram ao cargo de ministro”, disse. O advogado continuou “O povo deve exigir, por meio de ação popular, para que acabem com a improbidade para juízes, desembargadores, e principalmente para os ministros do STF”, declarou Xavier. O advogado com mais de 30 anos de carreira, e que garante já ter atuado

em todas as esferas da advocacia, com exceção para a Penal, declarou que a lei deve ser feita para o povo, e que isto se chama Ato Jurídico Perfeito. “É um contrato feito entre o povo e os seus representantes. E a partir daí, a pessoa adquire o direito adquirido, e o direito adquirido é aquilo que está na lei, e não na coisa julgada”, concluiu Xavier.

GILSON FERREIRA



Para o advogado Francisco Xavier, a decisão do STF teve como objetivo beneficiar o ex-presidente Lula e outros políticos

AS MUDANÇAS SOBRE O TEMA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

O artigo 5º da Constituição de 1988 diz que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Até 2009, diferentes juízes e tribunais decidiam conforme a própria interpretação o momento em que uma pessoa poderia ser presa. Naquele ano, o Supremo definiu uma regra geral pela primeira vez. Foi decidido que uma pessoa só seria presa — à exceção das prisões preventivas — quando se esgotassem todos os recursos.

O STF voltaria ao tema em fevereiro de 2016, e mudou o entendimento, permitindo que tribunais de segunda instância determinassem a prisão de condenados. Em outubro de 2016, o plenário do Supremo voltou a julgar a questão. E confirmou o entendimento de permitir a prisão em segunda instância.

Em abril de 2018, ao julgar o pedido de habeas corpus do ex-presidente Lula, nova votação sobre o tema. Mais uma vez, a jurisprudência de permitir a execução provisória de pena se manteve.

No dia 7 deste mês, o Supremo Tribunal Federal reanalisou a questão, agora mudando mais uma vez, passando a exigir o trânsito em julgado do processo para que o réu seja preso.